

MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma
Linguística Aplicada Indisciplinar*. São
Paulo: Parábola Editorial, 2006. 279 p.

John Robert Schmitz
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

A obra, os autores e seus artigos

Por uma Linguística Aplicada Interdisciplinar está dividido em onze capítulos, precedido de uma “Introdução” assinada pelo próprio organizador Luiz Paulo da Moita Lopes. Os capítulos são: “Linguística Aplicada como Espaço de Desaprendizagem: Redescrições em Curso” (Branca Falabella Fabrício), “Uma Linguística Aplicada Transgressiva” (Alastair Pennycook), “Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: Problematização dos Construtos que Têm Orientado a Pesquisa” (Luiz Paulo Moita Lopes), “Continuidade e Mudança nas Visões de Sociedade em Linguística Aplicada” (Ben Rampton), “A Linguística Aplicada na Era da Globalização” (B. Kumaravadivelu), “Repensar o Papel da Linguística Aplicada” (Kanavillil Rajagopalan), “A Questão da Língua Legítima na Sociedade Democrática: um Desafio para a Linguística Aplicada Contemporânea” (Inês Signorini), “Linguística Aplicada na África: Desconstruindo a Noção de Língua” (Sinfree Makoni e Ulrike Hanna Meinhof), “A Teoria Queer em Linguística Aplicada: Enigmas sobre “sair do armário” em Salas de Aula Globalizadas” (Cynthia D. Nelson).

A finalidade e importância da obra para a LA

O objetivo do livro sob apreço é apresentar para o leitor brasileiro as mudanças substanciais na/da LA desde o final da década de 80, ao longo dos anos 90 e no decorrer dos primeiros anos deste novo século. A LA estava voltada principalmente nas décadas de 60 e 70 para o ensino-aprendizagem de línguas e atrelada à língua inglesa e aos interesses políticos e econômicos dos países onde o inglês é falado. Para os autores do volume, a LA se encontra numa “nova era” e busca “novos modos de teorizar a fazer LA” (MOITA LOPES, p. 14).

Do mesmo modo, segundo Fabrício (p. 52), as pesquisas no campo “navegam por novos mares”. Os colaboradores aceitam com entusiasmo que o campo tem “múltiplos centros” (RAMPTON, p. 109) e que focaliza “problemas do mundo real” (KUMARAVADIVELU, p. 138).

Todos os autores dos diferentes capítulos se subscrevem à visão de uma LA voltada para “as práticas sociais” (MOITA LOPES, p. 23), e também para “a relevância social da temática e do objetivo gerais de nossos estudos” (FABRÍCIO, p. 59). Daí se vê que a LA contemporânea é politizada e nos termos de Pennycook (p.82) é “transgressiva” e “crítica”, diferente da prática de LA reinante nos anos 70 cujos praticantes consideraram a disciplina como neutra e apolítica. A obra contribui também para enterrar a visão de uma LA como dependente da lingüística em que o lingüista aplicado atua meramente como mediador entre a lingüística e a área de ensino-aprendizagem de língua. Neste novo perfil a LA se torna uma ciência social. Seria bom, todavia, saber se os cientistas sociais estão cientes da diferença (ou semelhança?) entre a LA e a “lingüística teórica” e se realmente consideram a LA uma disciplina “irmã”.

A coletânea tem um perfil internacional, pois conta com a participação de seis lingüistas aplicados brasileiros (Moita Lopes, Fabrício, Rajagopalan, Signori, Cavalcanti e Rojo) e seis do exterior: dois especialistas lecionam neste momento na Austrália (Pennycook e Nelson), dois na Grã-Bretanha (Rampton e Meinhoff) e dois nos Estados Unidos (Makoni e Kumaravadivelu). O texto mostra o estado da arte da LA no contexto brasileiro. A “Introdução” e o capítulo de Moita Lopes, os de Fabrício e de Rajagopalan versam, em geral, sobre a LA no país; Kumaravadivelu faz um apelo para uma “transformação disciplinar da LA” (p. 147), Rajagopalan sugere uma LA engajada na prática social e adverte contra o teórico que “faz questão de não se envolver com os problemas mundanos” (p.166). Cavalcanti se refere à elaboração de pesquisas por parte dos próprios índios brasileiros “politicamente comprometidos com as suas comunidades”, suas culturas e línguas (p. 247); Signorini, ao lidar com a língua materna e a noção de diglossia, argumenta que a LA está instrumentalizada do ponto de vista metodológico a contribuir para uma reflexão sobre a questão da “legitimidade da língua em uso hoje no Brasil” (p. 188): Rojo se debruça sobre a aquisição da linguagem (língua portuguesa) e as diferenças de produção escrita entre duas crianças “de inserção social diferente” (p. 270). Rampton, ao se referir à LA na Grã-Bretanha, lamenta que “[...] não há grande quantidade de pesquisa para comparar com as tradições associadas a pesquisadores tais

como Erickson, Gumperz, McDermott, Ochs e os Goodwins”¹ (p. 123). Makoni e Meinhoff, ao se referirem ao continente africano, questionam a noção de “língua” elaborada pelos lingüistas e missionários cristãos com base na noção de “idioma nacional” de uma nação-estado durante a época colonial européia (p. 209). Cynthia D. Nelson insere no campo de LA uma reflexão sobre a sexualidade humana como prática e não como algo implantada no ato de nascimento. O artigo contribui para uma reflexão sobre a noção de identidade no contexto atual de imigração, deslocamento, transculturalismo, miscigenação e multilingüísmo (p. 216), situações em que a(s) identidade(s) dos indivíduos pode(m) mudar ou se misturar.

Os textos que integram o volume apresentam diferentes fontes primárias que contribuem para patentear a diversidade de pensamento dos autores. Fabrício recorre a Foucault e a Fairclough, de um lado, e Nietzsche e Wittgenstein, por outro. Signorini recorre às idéias de Bourdieu, Latour e Ranciére. Rojo baseia a sua pesquisa nas idéias de Bakhtin, Vygotsky, Schneuwly, e Bronckart. Muito salutar numa coletânea de artigos publicada em língua portuguesa e elaborada para leitores do referido idioma é o texto de Makoni e Meinhof voltado para a realidade africana e o trabalho de LA na África. Sem dúvida, a práxis da LA na Ásia, no Oriente Médio, na África e na América do Sul vai ser diferente da LA realizada na Europa ou na América do Norte. A variedade de fontes encontradas nas respectivas bibliografias e os temas, sempre voltados para a vida social, retratam a mudança de enfoque da LA no Brasil e no exterior nesta primeira década do século XXI.

Identidade e vida social

Os três textos que lidam com a noção de identidade são os de Moita Lopes, Pennycook e Nelson. Os referidos artigos refletem a transformação da LA nos últimos dez anos. Na década de 80 do século passado, temas referentes

¹ RAMPTON deixa de fornecer na bibliografia final a fonte de OCHS e dos GOODWINS. Mas, ele arrola na bibliografia os outros autores citados no corpo do trabalho: F. ERICKSON, *Qualitative Methods in Research on Teaching*. In: M. WITTROCK, (Ed.) *Handbook of Research on Teaching*. 3. ed., New York: Macmillan, 1985; J. GUMPERZ, *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982; R. MCDERMOTT, *Inarticulateness*. In: D. TANNEN (Ed.) *Linguistics in Context: Connecting Observation and Understanding*. New Jersey: Ablex Publishing Company, 1988.

à sexualidade humana, isto é, “os nós das identidades sexuais” (NELSON, p. 227) à teoria feminista e à teoria *queer* e à identidade não foram cogitados. A LA, de fato, enquanto disciplina, ampliou os seus objetivos de pesquisa e aproximou-se das ciências sociais.

As identidades são construídas através da linguagem. Os autores acertam ao querer mudar a mentalidade dos indivíduos que insistem em ver identidades como únicas e fixas. Moita Lopes, Pennycook e Nelson consideram, em certos casos, perigosa a noção de identidade porque alguns indivíduos utilizam suas identidades com uma determinada nação, religião, classe social para apagar “quem é diferente de nós” (MOITA LOPES, p. 102). Essa situação acarreta problemas na vida social das pessoas, pois em vez de harmonia, existem preconceito e intolerância com respeito às diferenças. Subjacente aos textos de Moita Lopes, Nelson e Pennycook está a seguinte pergunta: o que é normal realmente e quem decide o que vem a ser normal? Existem diferenças nas concepções sobre o que significa “família” em diferentes sociedades. Existe, segundo Cameron (2005, p. 482)² uma diversidade de gêneros. A referência de Pennycook ao corpo humano (p. 80) traz à tona os problemas ocasionados pelas diferentes religiões (em particular, os fundamentalismos) que insistem em fazer com que a existência do corpo humano vire um local de frustração e sofrimento.

Transdisciplinaridade e Interdisciplinaridade

A tentativa por parte de alguns precursores da LA de manter a disciplina estável com um único enfoque – (vejam a posição de James,³ 1993, p. 17 que considera a LA uma disciplina demasiada ampla com a de Rampton, p. 103, que concebe a LA como uma disciplina com “múltiplos centros”) – motiva Moita Lopes a caracterizar a nova LA como “indisciplinar”, adjetivo esse que figura no próprio título da obra. Todos os estudiosos da área têm conhecimento da crise de identidade que surgiu dez anos atrás na área de LA ocasionada pelo apelo de Rampton (1997) para uma disciplina socialmente constituída, em contato, por um lado, com a sociolingüística, a lingüística educacional e a

² CAMERON, D. Language, Gender, and Sexuality: Current Issues and New Directions. *Applied Linguistics*. v. 26, n. 4, p. 482- 502, 2005.

³ JAMES, C. What is applied linguistics? *International Journal of Applied Linguistics*. v. n. 2/1, p. 17-32, 1993.

lingüística forense (p. 16) e, por outro, em constante diálogo fora dos muros das universidades.⁴

Os adjetivos “indisciplinar”, “mestiça” mostram uma “nova AL”, um palco no qual existem atravessamentos de fronteiras disciplinares, contestação de ideologias e mistura de disciplinas e conceitos. Ser “nômade” é um pouco problemático para a LA no mundo acadêmico, pois todas as disciplinas para sobreviver precisam ser ancoradas firmemente dentro da estrutura institucional de seus respectivos centros de pesquisa. Tenho certeza de que todos os lingüistas aplicados se lembram dos tempos quando a disciplina ficava “sem teto” (CAVALCANTI, 1998, p. 207-208).

Na busca constante de outros contatos inter-/transdisciplinares

Moita Lopes (p.14) acerta ao comentar que não vale a pena continuar o debate sobre a diferença entre lingüística aplicada e a aplicação da lingüística. Concordo que a discussão está “envelhecida” e pertence à situação histórica da práxis da LA na década de 60. Muitas das aplicações, na verdade, foram verdadeiros “desastres” pedagógicos. Mas, nem todas. Considerando que alguns dos autores caracterizam a LA como uma das “áreas aplicadas” ou como “contexto de aplicação” (MOITA LOPES, p. 23) e “campo aplicado” (SIGNORINI, p. 187), um contato com as outras disciplinas aplicadas pode estreitar a inter-/transdisciplinaridade. Existe uma gama de disciplinas aplicadas como “antropologia aplicada”, “filosofia aplicada” e “sociologia aplicada” e “geografia aplicada” que, por um lado, se consideram relevantes para uma prática ou vida social nesta primeira década do século XXI e que, por outro, buscam atravessar outros campos de conhecimento como a LA. Acredito que a interação com as outras disciplinas aplicadas seria de interesse para a LA. O funcionamento de LA para as outra(s) disciplina(s) e de outra(s) disciplinas para a LA é *sine qua non* de inter-/transdisciplinaridade.

⁴ RAMPTON, B. Retuning in Applied Linguistics, *International Journal of Applied Linguistics*, v. 7, n. 1, p. 3-25, 1997. O trabalho de Rampton é historicamente importante, pois incitou um debate bastante acirrado entre vários especialistas como Widdowson, Brumfit e Rajagopalan.

A LA não é a única disciplina inter-/transdisciplinar

A interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade não são atividades novas. Todos os autores do livro caracterizam a LA como uma atividade inter- / ou transdisciplinar. Existe um perigo de pensar a LA como única prática transdisciplinar presente no mundo acadêmico. A inter-/transdisciplinaridade não é recente. Existem, de longa data, outras disciplinas, atividades, programas de estudo e movimentos que têm agendas interdisciplinares ou transdisciplinares. O próprio pós-modernismo ao qual todos os participantes do livro se referem (e apóiam) é também interdisciplinar, pois ele atravessa uma gama de áreas de conhecimento.

Problematizando a transdisciplinaridade⁵

O único autor que problematiza, até certo ponto, a noção de transdisciplinaridade é Moita Lopes. Ele tem razão, como Roxo observa (p. 259), ao afirmar que uma transdisciplinaridade somente é possível no caso de pesquisas elaboradas por equipes ou grupos de pesquisadores. A noção é muito complexa e muito difícil para um único indivíduo ter conhecimento suficiente e competência profunda de uma ou duas disciplinas, além da própria LA. Acredito que nenhum dos autores *iniciou* (ênfase minha) a carreira com uma postura interdisciplinar, embora Moita Lopes pense o contrário (p.20). A inter-/transdisciplinar é realmente um projeto que se desenvolve, construído ao longo da carreira antes como discente (Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado) e, mais tarde, como docente (assistente doutor, pós-doutorado, livre docente e titular). Uma postura interdisciplinar e também transdisciplinar acarreta certos problemas para a LA com respeito à organização e elaboração de programação de cursos em nível de graduação e de pós-graduação. Qual deve ser a “dosagem” de interdisciplinaridade que poderia (ou deveria) estar presente no conteúdo programático no nível de mestrado e de doutorado? Os cursos de doutorado em comparação com os de

⁵ A noção de transdisciplinaridade é bastante complexa. Iribarry tece comentários pertinentes a respeito dos termos “transdisciplinaridade” e outros como “multidisciplinaridade”, “pluridisciplinaridade” e “interdisciplinaridade”. Cf. IRIBARRY, I. N. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. *Psicologia: Reflexões e Críticas*. v. 16, n. 3, p. 483-490, 2003.

mestrado tendem a facilitar uma interdisciplinaridade devido ao maior tempo disponível na grade horária e à maturidade intelectual de discentes depois do mestrado.

Quanto ao nível de graduação, pergunto se existir na grade horária espaço suficiente para implantar uma verdadeira postura interdisciplinar e uma visão crítica levando em consideração a estrutura departamental bastante rígida de certas universidades brasileiras e até estrangeiras. Antes de enveredar pela interdisciplinaridade, os graduandos precisam ter matérias introdutórias que traçam o desenvolvimento da LA desde os seus primórdios até a sua atuação contemporânea. Um rompimento ou ruptura com o paradigma tradicional de LA e uma mudança para outra visão da LA não deve acarretar uma supressão a respeito das origens históricas da disciplina. Os textos fundadores ou canônicos não devem ser esquecidos (nenhum dos autores recomenda isso), mas sempre disponíveis para questionamento e “desconstrução”.

Quais disciplinas fora de LA deveriam ser cursadas e como elas deveriam ser amarradas para incentivar um espírito interdisciplinar nos cursos de graduação? Cursar duas ou três matérias em sociologia ou psicologia, mormente introdutórias, não caracteriza a interdisciplinaridade concebida por Moita Lopes e pelos outros colaboradores do volume. Com base nas críticas à “lingüística teórica” por parte de Pennycook e Rajagopalan nos seus respectivos capítulos, tenho a impressão de que a referida disciplina não constaria dos contatos inter-ou transdisciplinares. Seria lamentável, a meu ver, que futuros lingüistas aplicados não tivessem oportunidades para refletir sobre a linguagem que seja da ótica da pragmática, da análise do discurso, da sociolingüística (ver RAMPTON, p. 115-119) ou da lingüística sistêmico-funcional, todas elas “teóricas”. Rajagopalan recomenda o estudo da “lingüística crítica” (que é teórica), ao passo que Pennycook incentiva o uso da “Lingüística Aplicada Crítica” (que também é teórica). A questão de qual dessas abordagens “críticas” mais interessa a LA teria de ser decidida pelos próprios lingüistas aplicados nos contatos interdisciplinares. O que importa é que o lingüista aplicado tenha contato com uma ou duas correntes lingüísticas e que não perca o gosto e o interesse no fenômeno “linguagem” e na estrutura e funções das línguas naturais.

Transdisciplinaridade e engajamento político *versus* “neutralidade”

A leitura do livro evidencia um antagonismo de ordem política e filosófica no interior da LA. Por um lado, há os que querem ampliar o leque

da LA para lidar com questões sociais, culturais, econômicas e políticas. Com base num comentário de Pennycook “[...] perspectivas críticas na LA estão emergindo no mundo com agendas múltiplas” (p. 69), argumentaria que os pesquisadores que seguem essa orientação são a maioria. Por outro lado, há alguns veteranos (uma minoria?) que insistem numa posição apolítica e uma postura “neutra” para a LA com relação a assuntos da vida social. Pergunto se não se trata de uma “briga” entre gerações: pai e filho. Penso que não vale a pena gastar mais tinta para tentar resolver o referido conflito. A realidade é que a LA já adotou uma agenda político-social e seria impossível, neste momento histórico em que a LA está inserida, reverter o quadro.

A LA e sua relação com os estudos lingüísticos: a LA como “o outro”

Moita Lopes externa (p. 17) a sua preocupação de que os lingüistas aplicados vão sempre continuar sendo vistos como “os outros” na área de estudos lingüísticos devido ao fato de que a LA, parafraseando Pennycook, se caracteriza pelo “[...] envolvimento em uma reflexão contínua sobre si mesmo”, se repensando a cada momento. Rampton (p. 122) também se preocupa com “a posição precária do lingüista aplicado na academia e de sua necessidade de se diferenciar e se justificar perante os lingüistas.” Diria o que realmente importa na relação entre LA e os estudos lingüísticos é a qualidade de pesquisas realizadas (ou a serem realizadas) no interior da LA. Dessa forma, a LA vai deixar de ser vista como “a outra lingüística”. A legitimidade acadêmica depende da responsabilidade e seriedade dos pesquisadores perante os diferentes objetivos de pesquisa.

A insatisfação com a lingüística *mainstream*

Moita Lopes (p. 16) informa que Pennycook conclui que a disciplina de lingüística “[...] em muitas de suas manifestações atuais” está “em lamentável estado de falência múltipla” e que “pode ser de interesse periférico.” Rajagopalan reitera a posição de Pennycook e concorda com a previsão de Martin (2000, p.123-124)⁶ de que a LA vai “ressuscitar a lingüística como disciplina” devido ao fato de a lingüística *mainstream* não visar um papel “mais

⁶ MARTIN, J.R. Design and Practice: Enacting Functional Linguistics. *Annual Review of Applied Linguistics*, v. 21, p. 431-462, 2000.

socialmente responsável”. Imagino que Pennycook, Rajagopalan e Martin estejam se referindo à lingüística gerativa e não à lingüística sistêmico-funcional ou à lingüística de *corpus*.

É curiosa essa manifestação de crítica à lingüística teórica neste momento atual, uma vez que a mesma insatisfação está registrada na literatura especializada de LA desde o início da década de 90 do século passado e possivelmente antes daquela data. Sridhar (1990, p.170), por exemplo, comenta que, embora a lingüística teórica tenha contribuído para o estudo da linguagem, a lingüística formal ou *mainstream* “pagou um preço muito alto” por ter excluído de sua agenda três enfoques: (1) a função, (2) o desempenho (*performance*) e (3) o contexto.

As referidas exclusões motivaram a busca por parte de lingüistas aplicados de outros modelos ou abordagens lingüísticas como o funcional, a lingüística de *corpus* ou a “sociolingüística pós-moderna” (RAMPTON, p. 115-119) que melhor contribuíram para a construção de suas pesquisas.

Continuar insistindo na condenação da lingüística formal chomskiana ou de outro modelo ou escola relacionado é desnecessário, considerando que a LA há muito tempo declarou a sua independência do domínio acadêmico (e administrativo) da disciplina de lingüística. Widdowson justamente merece crédito por ter lutado para estabelecer uma identidade própria e ter preparado o terreno para uma nova LA como Rampton (p. 122) reconhece.

A melhor política seria deixar os que preferem trabalhar com formalismos trilhar o seu próprio caminho. O diálogo é sempre essencial e diria que a ética acadêmica pede que os próprios formalistas sejam ouvidos a respeito das afirmações de a lingüística teórica estar ou não na UTI!

Deve haver, acredito, na academia lugares para pesquisadores especularem e teorizarem, livres da necessidade de fornecer uma justificativa a respeito da “praticidade” de suas idéias e pensamentos. Considero importante a existência de “*think tanks*”, isto é, centros de estudos e pesquisas avançados nas universidades (e não “torres de marfim” como Rajagopalan (p. 158) as considera) que funcionam como espaços para uma reflexão livre das pressões de cobrança do “mercado capitalista” e de governos autoritários que querem influenciar o teor das pesquisas a serem realizadas. O que me inquieta é a insistência de que *toda pesquisa* (ênfase minha) seja relevante à “vida e à prática social”.

Os projetos de transdisciplinaridade e engajamento social da LA de nenhuma forma são comprometidos ou ameaçados pela existência de disciplinas “não socialmente responsáveis”. As disciplinas engajadas politicamente não podem coexistir neste mundo complexo, caótico e diversificado com as

não-comprometidas com o social? Penso que sempre haverá discursos imensuráveis, se os dois lados não querem ouvir um ao outro.

A Lingüística de Corpus

A lingüística de *corpus* forma parte dos “bons ventos” (RAJAGOPALAN, p. 160-161) da LA e a referida disciplina exemplifica “uma lingüística de resultados”, por apresentar fatos empíricos a respeito da linguagem com base na análise de dados mediados pelos processadores de palavras e diferentes programas de computação. A lingüística de *corpus* aborda a linguagem de forma diferente da lingüística gerativa. A primeira enfoca a prática e depois desenvolve uma teoria para aquela prática; a segunda formula teorias para explicar a prática. É verdade que a lingüística de *corpus* tem contribuído para a lexicologia, os estudos da tradução e também para a preparação de material didático para o ensino e aprendizagem de língua estrangeira. Posto isso, para não dar uma visão equivocada da lingüística de *corpus*, cumpre observar que muitos trabalhos na referida área são descritivos sem acusar nenhum encaminhamento prático por parte dos respectivos autores. Uma boa parte dos trabalhos publicados na *International Journal of Corpus Linguistics* é descritiva sem “resultados práticos para a vida social” (<http://www.corpus.bham.ac.uk/ccl/ijcd.htm>). Não diria que são “descrições ingênuas” (RAMPTON, p. 122).

Ética

Muitos dos que contribuem para o livro se referem à noção de “ética”. Moita Lopes (p. 27) diz que uma LA transdisciplinar ou indisciplinar precisa contemplar “questões de ética e poder”. Muito procedente é a rejeição por parte do referido lingüista aplicado de um “relativismo ético” que acarreta práticas que “[...] causem sofrimento humano” ou que apresentam “[...] significados que façam mal aos outros”. Para Fabrício (p. 61), “a pluralidade de nossos tempos” requer a “ética como horizonte norteador.” Cavalcanti acerta (p. 250) ao afirmar que “[...] a ética precisa ser co-construída inter ou multiculturalmente”. Ecoando as palavras de Sousa Santos (2000)⁷, Cavalcanti comenta que a ética não pode e não deve ser “antropocêntrica” e “individualista”.

⁷ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

As reflexões a respeito da noção de ética refletem os “bons ventos” da LA contemporânea, reflexiva e contestatória e vão contribuir para a realização de pesquisas responsáveis que não prejudiquem os próprios pesquisados. Teria preferido nas considerações sobre a ética um posicionamento mais detalhado sobre o papel da ética *dentro* (ênfase minha) da prática da disciplina de LA por parte dos autores da coletânea, nos moldes do trabalho de autoria de Paiva (2005) sobre a problemática de ética na pesquisa.

Com respeito ao problema de ética em vários países deste mundo capitalista e neoliberal, pergunto o que a LA pode contribuir para moralizar os diferentes poderes legislativos que fazem leis supostamente para o bem comum de todos, mas aceitam subornos para legislar em favor dos que pagam pelo “serviço”. A mesma coisa acontece no poder judiciário em muitas sociedades. A corrupção é ubíqua e parece que precedeu de longe o advento da globalização. Estamos diante de um problema sério ligado às práticas sociais (anti-sociais, na verdade) que necessitam da interação de uma gama de disciplinas com a LA. O problema é que a LA precisa ser vista como uma área de conhecimento legítimo e relevante para a sociedade por parte dos praticantes de outras disciplinas. O contato entre disciplinas deve ser multilateral com lingüistas aplicados, por um lado, citando textos escritos por sociólogos e cientistas políticos e, por outro, sociólogos e cientistas políticos citando trabalhos alinhavados por lingüistas aplicados.

Um problema com respeito às considerações sobre ética no livro em tela é que nenhum autor define o que vem a ser ético. Mesmo que Moita Lopes não aceite uma postura de “relativismo ético” (p. 27), não haveria numa “LA auto-reflexiva” posicionamentos diversos a respeito do que fosse ético e do que fosse antiético? Fazer “escolhas ideológicas, políticas e éticas (MOITA LOPES, p. 28) [ênfase minha] é bastante complexo porque diferentes lingüistas aplicados podem ter opiniões divergentes a respeito de assuntos polêmicos e emotivos como pena capital, eutanásia, aborto, uso de células-tronco de embriões em pesquisa e a presença de transgênicos nos alimentos.

Pós-colonialismo, pós-modernismo e globalização?

Kumaravadivelu está convencido da “transformação colonial para pós-colonial” (p. 143-146) e que essa transformação exige, segundo ele, “novos modos de investigação” para a LA. Sem dúvida, como comentei acima, pesquisas engajadas com problemas de desigualdade, preconceito racial e étnico e discriminação contra homossexuais e lésbicas, pobres, deficientes físicos e

idosos são temas de grande relevância para a LA. Mas, o que é problemático é o uso do termo “pós-colonial”. Levando a preocupação de Moita Lopes (p. 87) com “[...] a globalização perversa que vivemos, institucionalizada, por exemplo, no Banco Mundial, no FMI, na Casa Branca, no Mercado Comum Europeu, etc., de cujos efeitos devastadores somos cotidianamente testemunhas [...]”, pergunto se o colonialismo realmente acabou ou se é questão de haver um neo-colonialismo. Makoni e Meinhoff (p. 197) descrevem os danos ocasionados pelo trabalho em conjunto de lingüistas e missionários cristãos em “fabricar” línguas nos moldes do estado-nação europeu e de acordo com conveniência dos religiosos na imposição de suas crenças. Os autores não mencionam os antropólogos que colaboraram intimamente com os lingüistas e, em certos casos, com grupos religiosos. Falta no artigo de Makoni e Meinhoff uma referência ao islamismo, a sua divulgação no norte da África e a resultante tensão com o cristianismo e sua porta-voz—a língua inglesa.

A “descolonização” vai ao encontro da referência por parte de Kumaravadelu (p. 146) e também por parte de Cavalcanti (p.250) ao trabalho de Tuhiwai Smith no livro *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London: Zed Books, 1999. O que é importante para Smith (e também Cavalcanti) é a formação de pesquisadores “indígenas” (os índios Maori na Nova Zelândia, no caso de Smith, e os índios brasileiros, no de Cavalcanti), que lidam com a sua própria cultura, tornam-se os pesquisadores, e não os pesquisados, e que não transportam metodologias ou procedimentos de pesquisa utilizados no ocidente que podem não funcionar em contextos alheios. O que precisa ser descolonizada é a própria LA, para dar poder aos que foram historicamente objetos de pesquisa, e não pesquisadores de sua própria realidade.

Todos os autores do volume seguem, em linhas gerais, as idéias de Pennycook (1990) que foi um dos primeiros lingüistas aplicados (se não o primeiro) a se referir ao pós-modernismo no campo de LA e a rejeitar o modernismo. No artigo “*Towards a critical applied linguistics for the 1990s*” (*Issues in Applied Linguistics*, v. 1, n. 1, p. 8-20), Pennycook aportou idéias “ousadas” do pós-modernismo à LA (idéias essas que ocasionaram verdadeiras revoluções em outras áreas de pesquisa) e que transformaram radicalmente a própria LA.

Considerando que os autores, em primeiro lugar, situam-se como pesquisadores pós-modernos em contraste com os modernos e levando em conta, em segundo lugar, que o livro em apreço na verdade não é uma introdução à LA, é natural que os autores pressuponham uma familiaridade

por parte dos leitores com as idéias filosóficas do pós-modernismo. Diria que incumbe aos eventuais leitores, que se sentem desorientados com a densidade dos textos, consultar as fontes citadas nas bibliografias de cada capítulo para aceitar ou não as considerações aventadas. Um leitor perspicaz e crítico (o tipo de leitor que os autores desejam, sem dúvida!) vai notar que existem em alguns dos textos arrolados críticas ao modernismo: “idéias modernistas”, “LA modernista”, (MOITA LOPES, p. 14-15), “junções modernidade/pós-modernidade”, “ilusões modernistas” (RAMPTON, p. 115-116), “transformação do moderno para o pós-moderno” (KUMARAVAVIDELU, p. 139), “condições moderna e pós-moderna” (ROJO, p. 260). É importante enfatizar que o termo “pós-modernismo” surgiu paulatinamente do “modernismo”. Segundo Cameron (2005, p. 484), sem o trabalho pioneiro de Simone de Beauvoir (1949), nos moldes do próprio modernismo, não teríamos a visão de gênero como “performance” com “atravessamentos identitários” (MOITA LOPES, p. 22), “a produção da identidade no fazer” (PENNYCOOK, p. 81) neste momento contemporâneo. Moita Lopes (p.103) rejeita a versão cética do pós-modernismo que concebe o mundo como “um vale tudo”. Concordo plenamente porque uma postura de ceticismo impede que se proponham soluções para tentar mudar a ordem social e pode conduzir a uma indiferença, a um niilismo ou anarquismo.

O conceito “positivista” também é problemático para alguns dos autores: “ciência positiva e moderna” (MOITA LOPES, p. 88), “positivismo como uma das “grandes narrativas da pós-modernidade”, (CAVALCANTI, p. 236) e “questionar se e até que ponto a grande maioria das abordagens positivistas na pesquisa em LA confina a área a um perímetro limitado” (KUMARAVADIVELU, p.146). Ao se referirem ao positivismo, penso que os autores estão se referindo à existência de uma metodologia quantitativa (ou estatística), isto é, ao empiricismo. Não acredito que pesquisas empíricas sobre a utilização de dicionários por diferentes usuários (língua materna ou estrangeira) limitem ou confinem a LA a um perímetro limitado, como observa Kumaravadivelu (p. 146). As pesquisas no campo de lexicografia apresentadas por Welker (2006)⁸ mostra que o Dicionário em todas as sociedades é parte da prática e vida social dos seres humanos.

⁸ WELKER, H. A. *O uso dos dicionários: panorama geral das pesquisas empíricas*. Brasília: Thesaurus Editora, 2006.

Observo, em alguns dos textos, uma dose de impaciência com a metodologia quantitativa que entra em choque com a própria finalidade da nova LA estipulada por Moita Lopes (p. 14) no sentido de “[...] não se objetiva que todos tenham de optar pelas mesmas escolhas teóricas e metodológicas e seguir uma “nova verdade”. Concordaria com Kumaravadivelu (p. 146) se fosse o caso de que as metodologias de cunho empírico chegassem a ser o único paradigma de pesquisa do campo. Meu receio é que o antagonismo entre métodos de pesquisa cause a separação de uma lingüística aplicada quantitativa nos moldes de Hatch e Lazaraton (*The Research Manual: Design and Statistics for Applied Linguistics*, Boston: Heinle & Heinle Publishers, 1991) de uma LA transdisciplinar que supostamente possui “múltiplos centros” (RAMPTON, p. 109).

Julgo importante a presença de uma postura pós-moderna na LA por ter facilitado a circulação das vozes de Foucault, Derrida, Heidegger e Nietzsche, entre outros. Graças à nova visão liderada por Pennycook, a LA ampliou o seu leque de enfoques, anteriormente restrito ao ensino-aprendizagem de línguas. Moita Lopes apresenta uma posição ponderada com respeito à LA “indisciplinar” ao afirmar que “não estamos diante de uma nova verdade [...]” (MOITA LOPES, p. 21). A visão de LA tida por Kumaravadivelu (p. 146) parece, na realidade, propor “uma nova verdade” ao condenar pesquisas por terem se originado no Ocidente ou por formar parte da “tradição anglo-americana de pesquisa em LA” (KUMARAVADIVELU, p. 146, nota 4). Não seria categórica a postura de Kumaravadivelu em contraste com a de Moita Lopes?

Moita Lopes responsabiliza, seguindo Bauman (1999)⁹, o fenômeno da globalização pela pobreza e injustiça reinante no mundo (p. 24), Fabrício, (p. 47) se refere aos efeitos da globalização “a velocidade da circulação de discursos e imagens disponibilizados em tempo real pela TV e pela internet” e “a transnacionalização das dimensões política e econômica [...]”. Nelson (p. 216) se refere às “[...] salas de aula cada vez mais globalizadas com grupos de alunos internacionais...” Devido à globalização e à migração constante de indivíduos, temos cidades na Europa, na América do Norte, na América do Sul e na Austrália, com grupos de pessoas dos quatro continentes. A nova realidade “globalizada” é a mistura e o deslocamento de raças e identidades:

⁹ BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1999.

turcos e portugueses em Berlim, jamaicanos e paquistaneses em Londres, iranianos e brasileiros em Paris, coreanos e libaneses em São Paulo, e latino-americanos e indianos em Nova York. Daí se vê que um estado-nação homogêneo com uma única identidade e monolíngüe é coisa do passado.

Kumaravadivelu (p. 131) devota mais espaço ao fenômeno de globalização do que os outros colaboradores e apresenta uma reflexão mais equilibrada a respeito. Com base em vários autores, o autor apresenta três pontos de vista: (1) a língua de globalização é o inglês, (2) um dos sinônimos do referido fenômeno é “mcdonaldização” e (3) existe uma tensão entre a globalização e a glocalização. As próprias palavras de Kumaravadivelu: “A LA como campo de estudos não pode deixar de considerar a realidade emergente global” (p. 135), me levam a pensar que ele está conformado com essa realidade e, por este motivo, sugere que o mundo globalizado implique uma transformação disciplinar para a LA. Kumaravadivelu, diferentemente de Moita Lopes, não considera a globalização como “perniciosa” (p. 82). Bastante intrigante para mim é a conclusão de Kumaravadivelu (p. 147), na qual ele receia a existência de “interesses estabelecidos que submetem a disciplina a uma sombra hegemônica”. Quais seriam os interesses a que o autor se refere? A língua inglesa? O império anglo-americano? A própria globalização? O positivismo? Métodos de pesquisa quantitativa? A lingüística teórica?

Um assunto que deveria receber mais atenção por parte dos autores é o papel da própria Internet. Fabrício (p. 47), de fato, menciona a Internet que pode chegar a ser outra forma de imperialismo por parte dos países ricos, ou pode ser uma esperança de emancipação ou “empoderamento” para os países emergentes.

Encaminhamento

Pela variedade de textos abordados e pela seriedade dos onze artigos, concluo que *Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar* é de leitura essencial em cursos de LA, particularmente em nível de especialização e pós-graduação (*stricto sensu*). Esta recomendação se deve à complexidade dos temas abordados, que exigem uma leitura cuidadosa e uma pré-leitura dos diferentes filósofos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, cientistas sociais, lingüistas e educadores arrolados nas bibliografias dos respectivos autores.

Considerando o espírito inter-/transdisciplinar da coletânea, espero que os especialistas em outras áreas que também lidam com os referidos conceitos e os temas como as teorias feminista e *queer*, identidade, ética e ideologia

venham a conhecer o que os lingüistas aplicados têm a dizer a respeito dos diferentes assuntos.

O fato de que o volume consta de artigos de autores brasileiros (Moita Lopes, Fabrício, Cavalcanti, Signorini e Rojo), penso que seria procedente verter os textos para o inglês (e outros idiomas) para publicação no Brasil ou no exterior. Lamentavelmente nem todos os lingüistas aplicados no exterior lêem o português, fato que dificulta uma tomada de conhecimento do que se faz em LA no Brasil e o que os lingüistas aplicados têm a dizer. Teria sido de interesse saber onde os textos traduzidos para o volume (Pennycook, Nelson, Kumaravadivelu, Markoni e Meinhoff), foram publicados originalmente.

Vários autores brasileiros (Moita Lopes, Fabrício, Signorini, Cavalcanti, e Rojo) mencionam de passagem as suas próprias pesquisas na LA em forma de teses, dissertações, artigos e livros. Vale a pena aprofundar os resultados das pesquisas realizadas no Brasil. Quem sabe o organizador se anima a elaborar no futuro próximo outro texto sobre a LA brasileira, transdisciplinar e indisciplinar!

Referências

- A.(Alistair) Pennycook, Towards a critical applied linguistics for the 1990s. *Issues in Applied Linguistics*. vol. 1, no. 1: 8-29 (junho)1990.
- CAVALCANTI, M. AILA 1996. Estado da Arte em Microcosmo da Lingüística Aplicada. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M.C. (Ed.). *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. 215p.
- E.(Evelyn Hatch e Anne Lazaraton, *The Research Manual: Design and Statistics for Applied Linguistics*. New York: Newbury House, 1991.
- PAIVA, V. M. de O. e. Reflexões sobre a ética e a pesquisa. *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 43-61, 2005.
- SRIDHAR, S.N. What are applied linguists? *Studies in the Linguistic Sciences*. v. 20, n. 2, p. 165-176, 1990.